

APPACDM



APPACDM de Viana do Castelo  
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

# PLANO ESTRATÉGICO

2022|2025

**APPACDM de Viana do Castelo – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental**

março, 2022

**Edição.** Equipa Qualidade

**Gestão processo.** Direção

# Índice

I. Introdução.....	6
II. Enquadramento.....	8
III. Princípios de Ação .....	28
IV. Diagnóstico Organizacional – Análise SWOT.....	29
V. Mapa Estratégico - Eixos, Políticas e Objetivos estratégicos de referência.....	30
VI. Monitorização e avaliação .....	32

## Índice de figuras e gráficos

Figura 1 – Modelo conceptual APPACDM de Viana do Castelo .....	6
Figura 2 - Presença da APPACDM no Distrito de Viana do Castelo (respostas por concelho) .....	9
Figura 3 - Presença da APPACDM no Distrito de Viana do Castelo (tipologia de respostas) .....	9
Figura 4 – N° de pessoas apoiadas nas estruturas existentes (por concelho) .....	9
Figura 5 – Caraterização dos Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão da APPACDM de Viana do Castelo .	11
Figura 6 – Origem das pessoas apoiadas em CACI (por concelho) .....	11
Figura 7 – Outros dados (CACI).....	11
Figura 8 – Caraterização dos Lares Residenciais da APPACDM de Viana do Castelo .....	13
Figura 9 – Origem das pessoas apoiadas em LRE (por concelho).....	13
Figura 10 – Outros dados (LRE) .....	13
Figura 11 – Caraterização dos Lares de Apoio da APPACDM de Viana do Castelo.....	14
Figura 12 – Origem das pessoas apoiadas em LAP (por concelho).....	15
Figura 13 – Outros dados (LAP) .....	15
Figura 14 – Cursos e ações a decorrer e a iniciar em 2023 – Formação Profissional.....	16
Figura 15 – Estrutura financiamento projeto a decorrer e projeto a iniciar em 2023 – Formação Profissional.....	17
Figura 16 – Caraterização da Formação Profissional da APPACDM de Viana do Castelo.....	17
Figura 17 – Origem das pessoas apoiadas em FPR (por concelho) .....	18
Figura 18 – Outros dados (FPR).....	18
Figura 19 – Caraterização do Centro de Recursos para a Inclusão da APPACDM de Viana do Castelo .....	18
Figura 20 – Pessoas apoiadas pela Equipa Local de Intervenção .....	19
Figura 21 – Pessoas apoiadas pelo Centro Educacional.....	20
Figura 22 – Pessoas apoiadas pelo Centro de Emprego Protegido .....	21
Figura 23 – Pessoas apoiadas no Projeto Náutica para todos .....	22
Figura 24 – Vagas nas diferentes respostas sociais em novembro de 2021 – capacidade e protocolo.....	24
Figura 25 – Organograma APPACDM de Viana do Castelo.....	27
Gráfico 1 – N° de pessoas por resposta/serviço .....	9
Gráfico 2 – Evolução do n° de pessoas apoiadas em Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão.....	12
Gráfico 3 – Evolução do n° de pessoas apoiadas em Área Residencial (Lar Residencial e Lar de Apoio).....	15
Gráfico 4 – Evolução do n° de pessoas apoiadas em ELI e no Projeto Praia sem Barreiras .....	23
Gráfico 5 - Evolução do n° de pessoas apoiadas em Formação Profissional, Centro de Recursos para a Inclusão, Projeto Náutica para Todos, Centro de Emprego Protegido e Centro Educacional .....	24
Gráfico 6 – N° de pessoas apoiadas por concelho de origem e por resposta social (quadro resumo).....	25
Gráfico 7 - Distribuição de colaboradores por “habilitações” .....	26
Gráfico 8 - Distribuição de colaboradores por “função”.....	26
Gráfico 9 – Distribuição de colaboradores por idade .....	26
Gráfico 10 – Distribuição de colaboradores por anos de serviço.....	26
Gráfico 11 – Distribuição de colaboradores por “tipologia de contrato” .....	26



## I. Introdução

A APPACDM de Viana do Castelo baseia a sua estratégia num modelo conceptual (ver Figura 1), através do qual implementa e desenvolve a sua missão, com vista a uma procura constante da sua visão institucional, medido através dos resultados alcançados.

Todas as estruturas e serviços da organização seguem este modelo, no sentido de alinhar o desempenho global da organização.

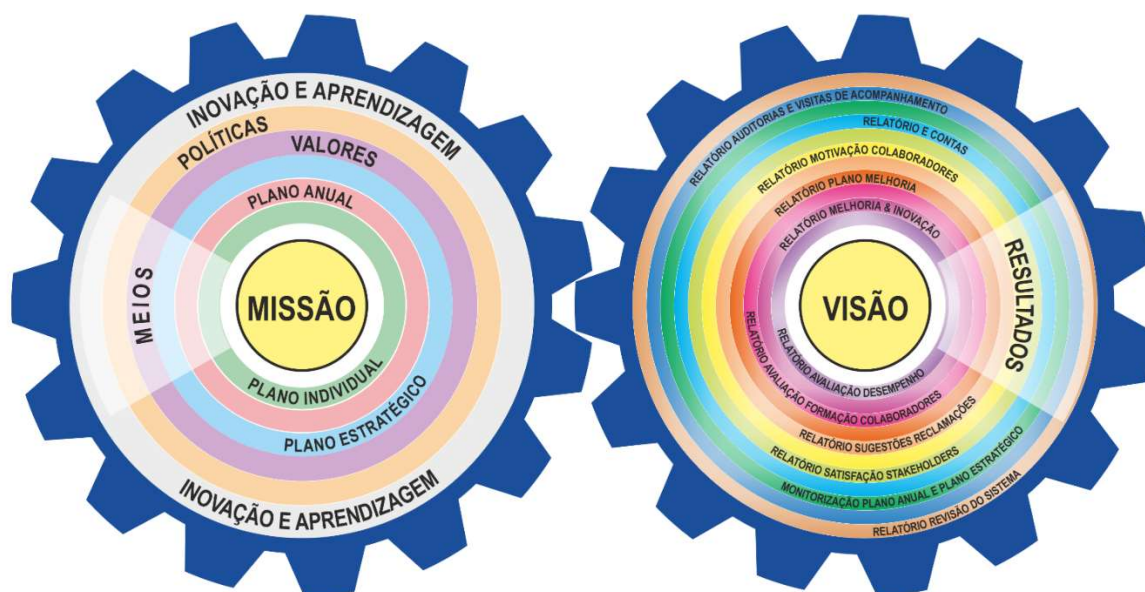


Figura 1 – Modelo conceptual APPACDM de Viana do Castelo

A APPACDM de Viana do Castelo, criou o seu modelo conceptual (concebido em 2013 e revisto em 2014 e 2018), numa tentativa de traduzir de forma esquemática e resumida a intervenção da organização. A APPACDM de Viana do Castelo baseia a sua intervenção num conjunto de pressupostos pelos quais se orienta e norteia (**Missão, Políticas e Valores**). Estes conceitos servem para orientar aquilo que fazemos. A linha de ação, a intervenção propriamente dita, está explanada a diferentes níveis, nos nossos diferentes planos: Plano Estratégico, Plano Anual e Planos Individuais (Plano Individual, Plano de Sessões, Plano de Cuidados Individual e Registo de Sessões). Com esta metodologia, pretendemos uma aproximação cada vez mais eficaz e eficiente à nossa Visão (**Ser uma instituição de referência na construção de uma sociedade inclusiva**). Este modelo baseia-se no ciclo PDCA, isto é, através de uma avaliação sistemática dos resultados, verificamos se estamos ou não a ir de encontro ao que pretendemos (visão). Os resultados oferecem-nos indicações importantes para rever constantemente o posicionamento e a forma como intervimos nos diferentes domínios.

Preocupados com o desenvolvimento e o futuro do planeta e atentos aos esforços desenvolvidos pelos diferentes atores mundiais e nacionais, a APPACDM de Viana do Castelo procurou, na definição da sua estratégia, dar o seu pequeno contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, definidos na Agenda 2030.

A Agenda 2030 é uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (sócio, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm como base os progressos e lições aprendidas com os 8 Objetivos de

Desenvolvimento do Milénio, estabelecidos entre 2000 e 2015, e são fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo. A Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são a visão comum para a Humanidade, um contrato entre os líderes mundiais e os povos e “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”.



## II. Enquadramento

A Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Viana do Castelo está implantada, neste distrito, desde 1972.

Inicialmente designada por Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Mongoloides, esta instituição de âmbito nacional, foi criada em Lisboa, em 1962 por Sheila Stilwell, mãe de uma criança com trissomia 21, em colaboração com a pedopsiquiatra Dra. Alice Mello Tavares.

Em maio de 1972 foi aberta a primeira resposta no distrito de Viana do Castelo, por iniciativa de um grupo de pais coordenados pela D<sup>a</sup> Elvira Botelho, apoiados pelo Eng.º Alarcão Bastos, então Governador Civil.

Em 2001, as delegações da APPACDM, espalhados pelo território nacional, alteraram o seu figurino associativo constituindo-se, cada uma delas, numa figura jurídica autónoma tendo-se criado, em simultâneo, a Federação Nacional Humanitas com o intuito de congregar estas recém-criadas instituições.

A APPACDM de Viana do Castelo passou, desde então, a constituir-se como uma instituição de âmbito distrital e tem vindo, ao longo dos anos, a criar um conjunto de respostas sociais dirigidas aos cidadãos com deficiência mental e suas famílias em articulação com os diversos parceiros sociais.

Em 2011 esta instituição foi certificada pelo EQUASS - European Quality for Social Services, tratando-se de um Referencial Europeu de Qualidade para os Serviços Sociais.

Em 2015 a APPACDM de Viana do Castelo conseguiu ver reconhecida a qualidade e excelência dos seus serviços, através da atribuição do nível II (Excellence) do referencial EQUASS – European Quality for Social Services. Esta certificação tem a duração de três anos, pelo que findou em agosto de 2018.

Apesar de não estar oficialmente certificada, a organização continua a manter todos os procedimentos associados aos requisitos dos manuais do Instituto da Segurança Social e referencial EQUASS.

A APPACDM foi pioneira em grande parte das técnicas de intervenção (algumas adotadas a nível nacional) e tem vindo a implementar um conjunto de respostas de âmbito distrital, nomeadamente:

<b>13 Centros de Atividades Ocupacionais</b>
<b>11 Residências (5 lares de apoio e 6 lares residenciais)</b>
<b>4 Centros de Formação Profissional</b>
<b>1 Centro Educacional</b>
<b>1 Centro de Acolhimento Temporário</b>
<b>1 Centro de Emprego Protegido</b>
<b>1 Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) – Ministério da Educação</b>
<b>1 Equipa Local de Intervenção (ELI)</b>

A APPACDM de Viana do Castelo disponibiliza respostas sociais em 60% dos concelhos do distrito de Viana do Castelo (Melgaço, Monção, Valença, Ponte da Barca, P. Lima, Viana e Caminha), na tentativa de oferecer um serviço de proximidade, como forma de ir ao encontro das necessidades e expectativas dos clientes, famílias e da sociedade. Ao mesmo tempo, pretende diversificar a tipologia das respostas disponíveis, como forma de apoiar as pessoas servidas numa perspetiva holística de desenvolvimento individual.



A presença da APPACDM no Distrito



Figura 2 - Presença da APPACDM no Distrito de Viana do Castelo (respostas por concelho)

A presença da APPACDM no Distrito



Figura 3 - Presença da APPACDM no Distrito de Viana do Castelo (tipologia de respostas)

A presença da APPACDM no Distrito  
PESSOAS APOIADAS - CACV/LAP/LRE, SED, ELI e FPR

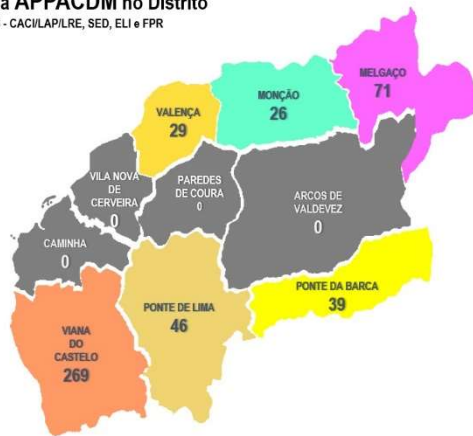


Figura 4 – Nº de pessoas apoiadas nas estruturas existentes (por concelho)

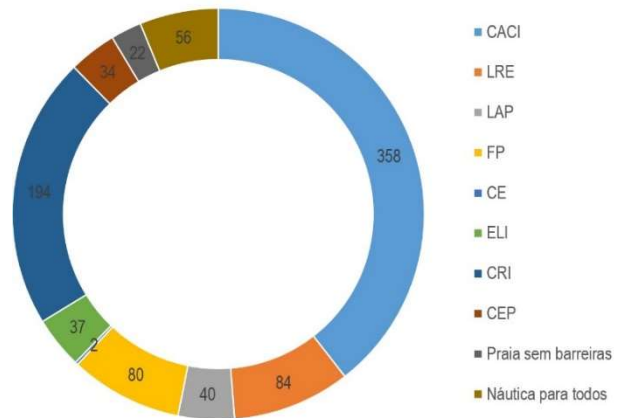


Gráfico 1 – Nº de pessoas por resposta/serviço

## CENTRO DE ATIVIDADES E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO (CACI)

Segundo a **Portaria nº 70/2021 de 26 de março**, considera -se Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), o equipamento destinado a desenvolver atividades ocupacionais para pessoas com deficiência, visando a promoção da sua qualidade de vida, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades e que se constituam como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade.

O CACI prossegue, designadamente, os seguintes objetivos:

- a) Criar condições que visem a valorização pessoal e a inclusão social de pessoas com deficiência;
- b) Desenvolver estratégias de promoção da autoestima e da autonomia pessoal e social, através do envolvimento e participação ativa dos/as próprios/as na definição das atividades a desenvolver;
- c) Promover o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e relacionais, tendo em conta o perfil, as aptidões, os interesses e necessidades das pessoas com deficiência, com vista a capacitar e maximizar as suas oportunidades de participação social e económica;
- d) Contribuir para o bem-estar emocional e social, através da qualificação das atividades desenvolvidas, no que diz respeito ao número, variedade e natureza, privilegiando as atividades focadas na singularidade de cada pessoa com deficiência, promovendo o seu bem-estar e qualidade de vida;
- e) Articular os processos de transição para programas de inclusão socioprofissional ou de reabilitação profissional;
- f) Desenvolver atividades e serviços centrados em facilitar/mediar percursos de aprendizagem e de inclusão, que possibilitem um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades;
- g) Fomentar a participação ativa das pessoas com deficiência, da respetiva família e/ou representante legal na definição do projeto de vida da pessoa com deficiência, que se consubstancia na celebração do plano individual de inclusão (PII);
- h) Promover medidas e ações de capacitação e de aprendizagem ao longo da vida, observando a evolução das características individuais de cada destinatário, potenciando sempre a sua autonomia e inclusão;
- i) Dinamizar ações de inclusão na comunidade, que promovam a alteração das representações, dos valores e das atitudes da sociedade face às pessoas com deficiência, e a melhoria da sua qualidade de vida.



Figura 5 – Caracterização dos Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão da APPACDM de Viana do Castelo

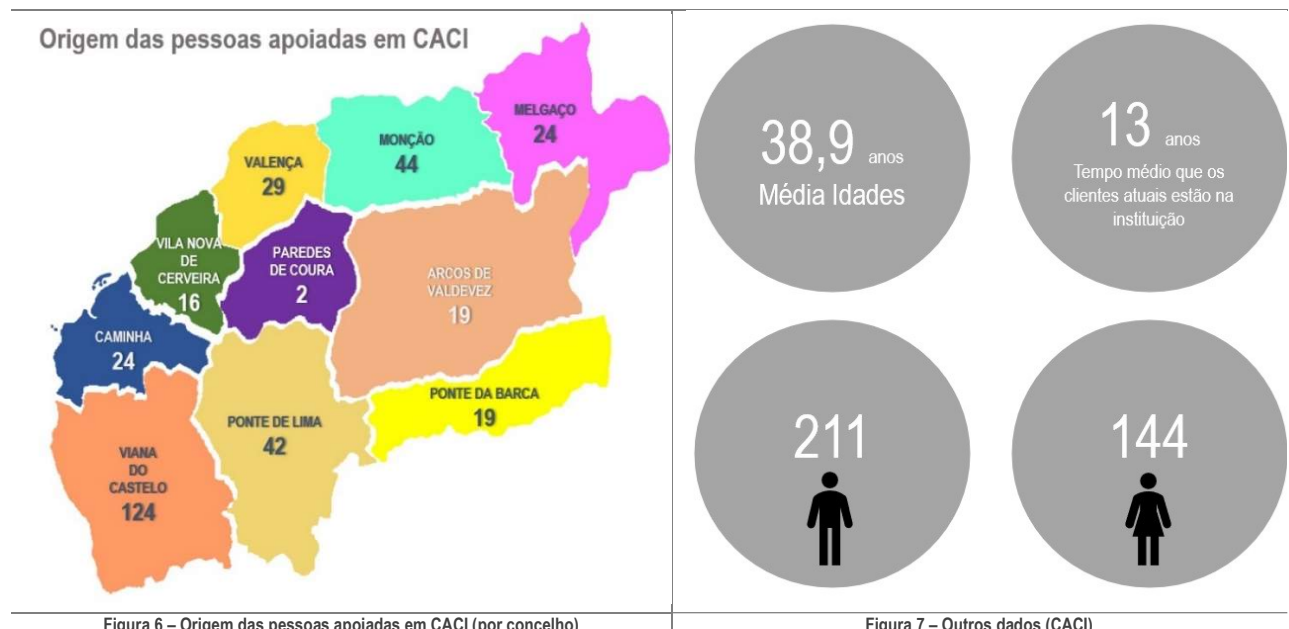


Figura 6 – Origem das pessoas apoiadas em CACI (por concelho)

Figura 7 – Outros dados (CACI)

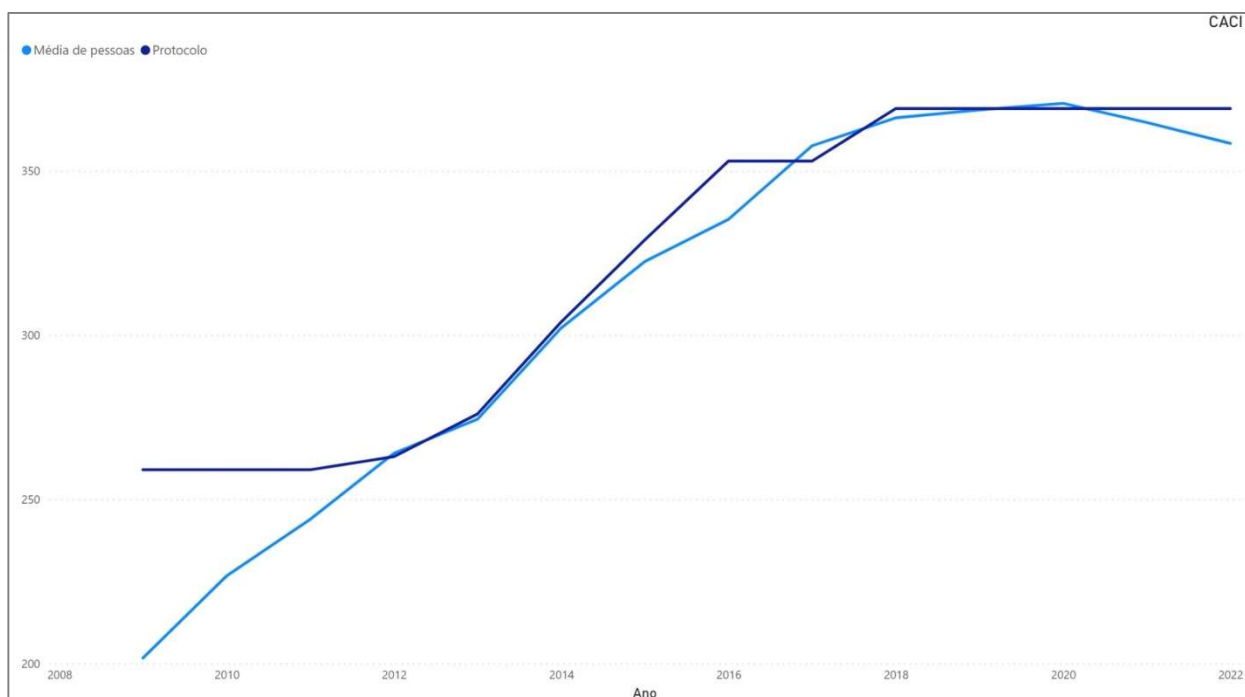


Gráfico 2 – Evolução do nº de pessoas apoiadas em Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

## LAR RESIDENCIAL (LRE)

O lar residencial é um estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, de pessoas com deficiência e incapacidade que se encontrem impedidas de residir no seu meio familiar (**Despacho normativo nº 28/2006 e Portaria n.º 59/2015 de 2 de março**).

O lar residencial prossegue, designadamente, os seguintes objetivos:

- Contribuir para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos residentes;
- Promover estratégias de reforço da autoestima pessoal e da capacidade para a organização das atividades de vida diária;
- Promover ou manter a funcionalidade e a autonomia do residente;
- Facilitar a integração em outras estruturas, serviços ou estabelecimentos mais adequados ao projeto de vida dos residentes;
- Promover a interação com a família e com a comunidade.

O lar residencial destina-se a pessoas com deficiência e incapacidade, de idade igual ou superior a 16 anos:

- Que frequentem estabelecimentos de ensino, de formação profissional ou se encontrem enquadrados em programas ou projetos, em localidades fora da sua área de residência;
- Cujos familiares não os possam acolher;
- Que se encontrem em situação de isolamento e sem retaguarda familiar;
- Cuja família necessite de apoio, designadamente em caso de doença ou necessidade de descanso.

O lar residencial pode admitir temporariamente e com carácter de exceção, pessoas com idade inferior a 16 anos, em situação emergência, devidamente justificada, e quando se encontrem esgotadas as possibilidades de encaminhamento para outras respostas sociais mais adequadas.

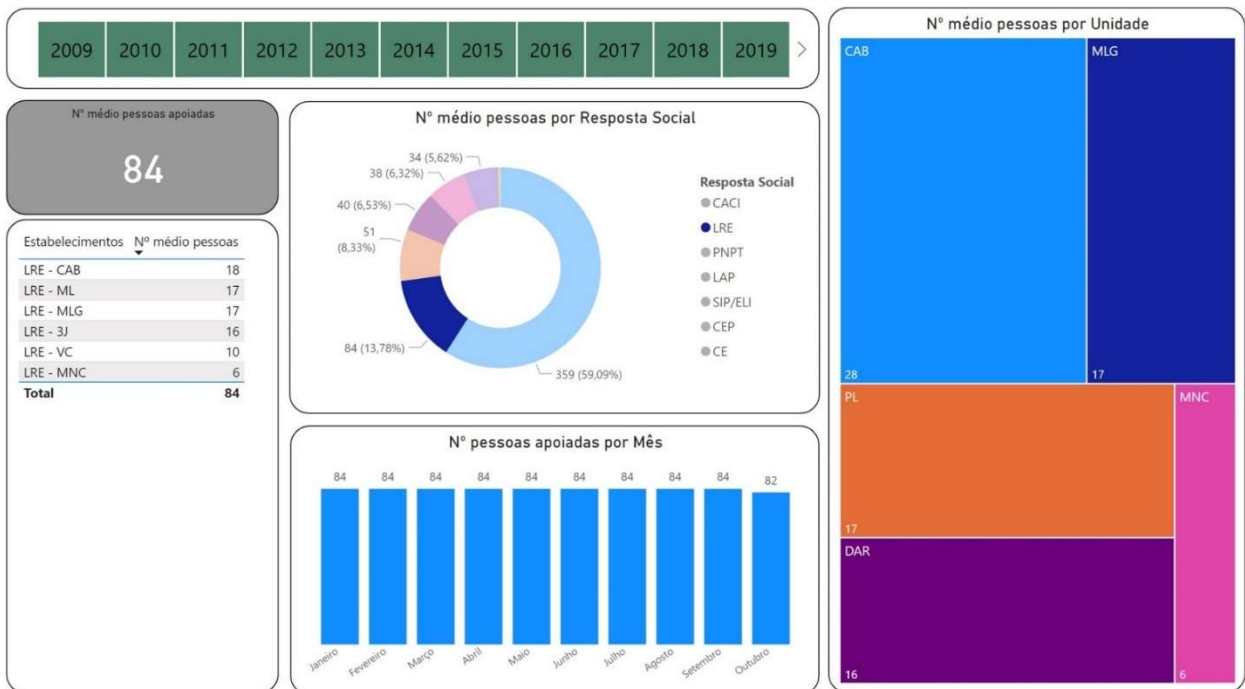


Figura 8 – Caracterização dos Lares Residenciais da APPACDM de Viana do Castelo

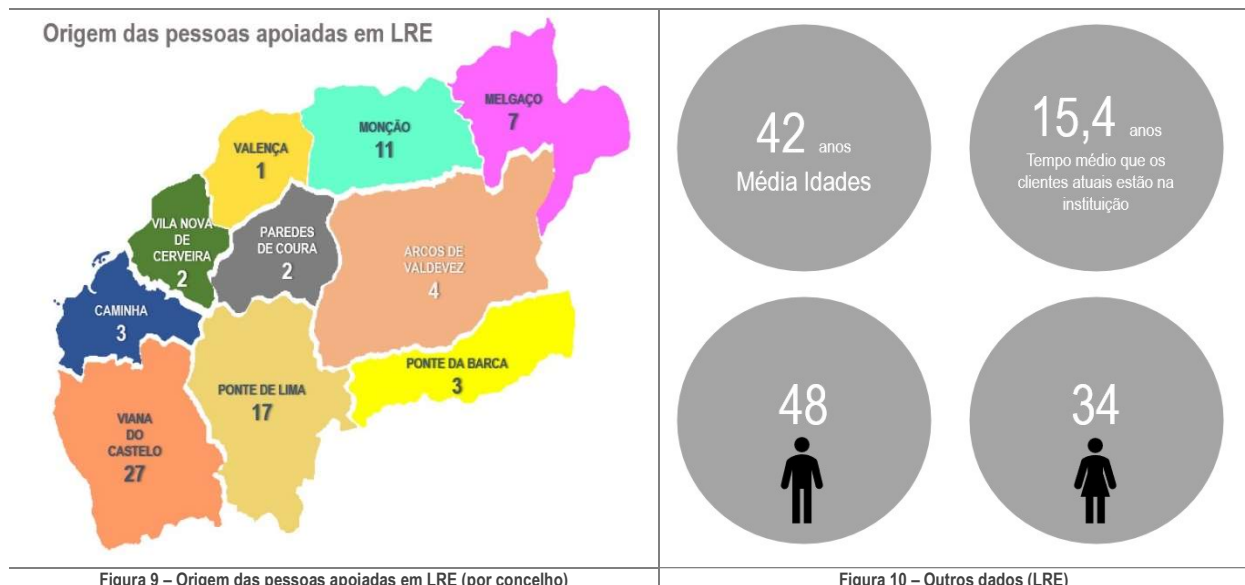


Figura 9 – Origem das pessoas apoiadas em LRE (por concelho)

Figura 10 – Outros dados (LRE)

## LAR DE APOIO (LAP)

O lar de apoio é uma resposta social desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens entre os 6 e os 16/18 anos, com necessidades educativas específicas, que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe dos locais da sua residência habitual.

Destinam-se, ainda, a apoiar situações que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família. A ação desenvolvida pelo lar fundamenta-se na consagração dos direitos e garantias das crianças/ jovens e famílias (*Guião Técnico nº 1, dezembro de 1996*).

São objetivos do lar de apoio:

- Proporcionar alojamento, que se aproxime tanto quanto possível do ambiente familiar, a crianças e jovens que frequentem estruturas de apoio específico;
- Proporcionar alojamento temporário para apoio às famílias com vista ao equilíbrio das relações familiares;
- Criar condições facilitadoras da integração sociofamiliar;
- Proporcionar meios que contribuam para a sua valorização pessoal.

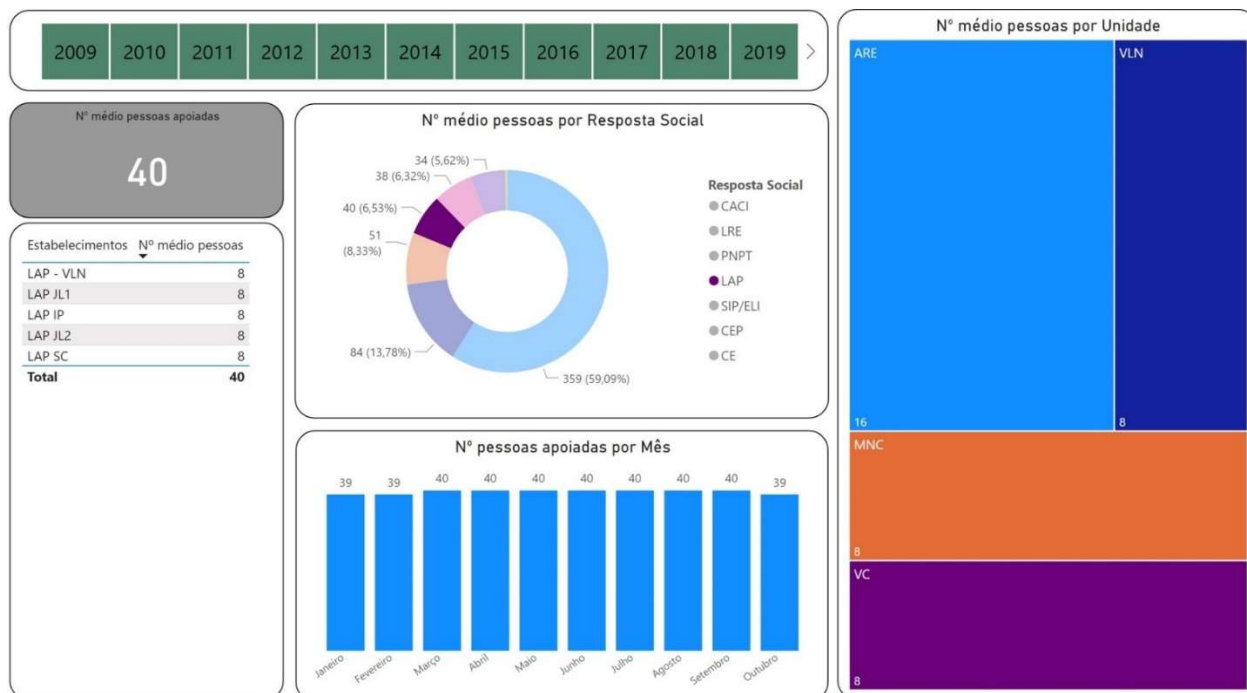


Figura 11 – Caracterização dos Lares de Apoio da APPACDM de Viana do Castelo

Origem das pessoas apoiadas em LAP



Figura 12 – Origem das pessoas apoiadas em LAP (por concelho)

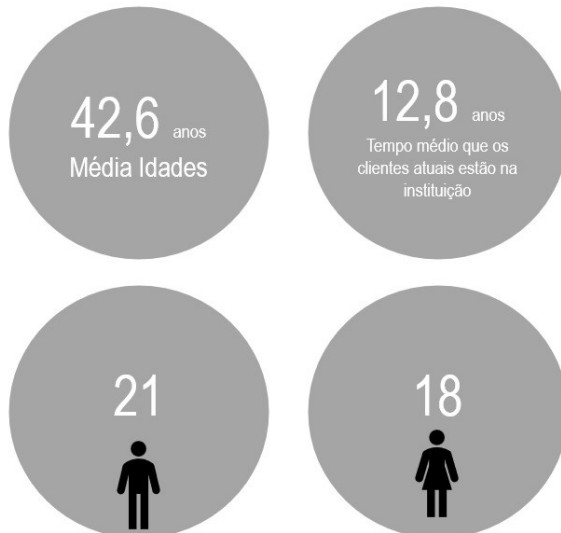


Figura 13 – Outros dados (LAP)

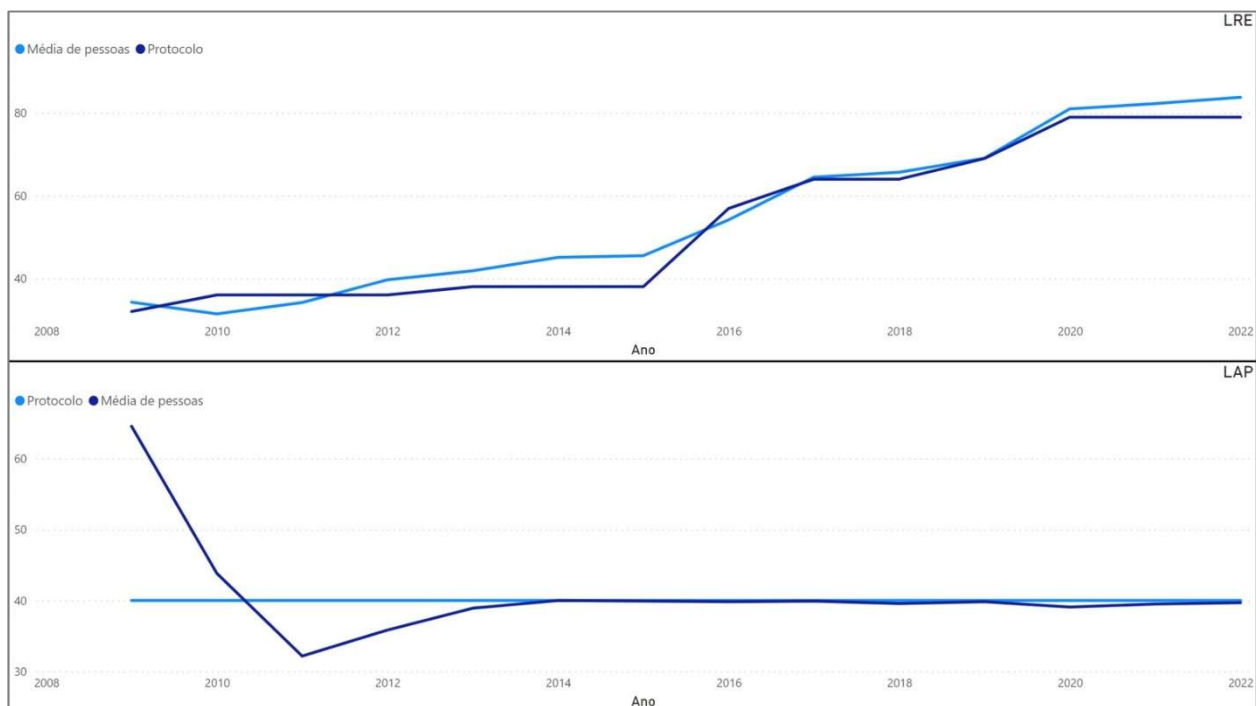


Gráfico 3 – Evolução do nº de pessoas apoiadas em Área Residencial (Lar Residencial e Lar de Apoio)



## FORMAÇÃO PROFISSIONAL (FPR)

A formação profissional visa dotar as pessoas com deficiência e incapacidade dos conhecimentos e competências necessárias à obtenção de uma qualificação que lhes permita exercer uma atividade no mercado de trabalho, manter um emprego e progredir profissionalmente de forma sustentada.

As ações de qualificação e formação inicial que desenvolvemos destinam-se às pessoas com deficiência e incapacidade que pretendem ingressar no mercado de trabalho e não dispõem de uma certificação escolar e profissional compatível com o exercício de uma profissão ou ocupação de um posto de trabalho.








CURSOS	AÇÕES A DECORRER	AÇÕES A INICIAR EM 2023	SAÍDAS PROFISSIONAIS			
 <b>A.V.H. Atividades da Vida Hoteleira</b>	Unidade de AREOSA Delegação de MELGAÇO	Delegação de PONTE DE LIMA Delegação de PONTE DA BARCA	Unidade de AREOSA Delegação de MONÇÃO	Delegação de PONTE DE LIMA Delegação de PONTE DA BARCA	<b>Ajudante de Cozinha Empregado de Andares</b>	<b>UNIDADE DE AREOSA</b> Av. Além-do-Rio, 222 4900-580 VIANA DO CASTELO Telefone: 258 806 400 Telemóvel: 910 303 259 areosa@appacdm-viana.pt
 <b>Jardineiro</b>	Unidade de AREOSA Delegação de MELGAÇO	Delegação de PONTE DE LIMA Delegação de PONTE DA BARCA	Unidade de AREOSA	Delegação de PONTE DE LIMA	<b>Operador de Jardinagem</b>	<b>DELEGAÇÃO DE PONTE DE LIMA</b> Rua Agostinho José Taveira 4990-072 PONTE DE LIMA Telefone: 258 931 500 Telemóvel: 910 303 244 plima@appacdm-viana.pt
 <b>Carpinteiro</b>	Unidade de AREOSA		Unidade de AREOSA		<b>Auxiliar de Carpinteiro de Limpos</b>	<b>DELEGAÇÃO DE PONTE DA BARCA</b> Largo da Misericórdia, 8 4980-613 PONTE DA BARCA Telefone: 258 480 480 pbarca@appacdm-viana.pt
 <b>Corte, Costura e Tecelagem</b>	Unidade de AREOSA				<b>Ajudante de Costureira, Tecedeira e Bordadeira</b>	<b>DELEGAÇÃO DE MELGAÇO</b> Lugar do Arrochal - Prado 4960-320 MELGAÇO Telefone: 251 400 500 Fax: 251 400 506 melgaco@appacdm-viana.pt
 <b>Operador de Construção Civil</b>	Unidade de AREOSA		Unidade de AREOSA		<b>Ajudante de Pedreiro/Pintor Ajudante de Eletricista/Canalizador</b>	<b>DELEGAÇÃO DE MONÇÃO</b> Rua da Escola s/n (Antiga Escola de Pousa) 4950-455 Pousa - MONÇÃO Telefone: 251 649 460 moncao@appacdm-viana.pt
 <b>Auxiliar de Serviços Administrativos</b>			Unidade de AREOSA		<b>Assistente administrativo</b>	
 <b>Operador Agrícola</b>			Delegação de MELGAÇO Delegação de PONTE DA BARCA		<b>Operador agrícola</b>	

Figura 14 – Cursos e ações a decorrer e a iniciar em 2023 – Formação Profissional





Figura 15 – Estrutura financiamento projeto a decorrer e projeto a iniciar em 2023 – Formação Profissional



Figura 16 – Caraterização da Formação Profissional da APPACDM de Viana do Castelo

Origem das pessoas apoiadas em FPR



Figura 17 – Origem das pessoas apoiadas em FPR (por concelho)

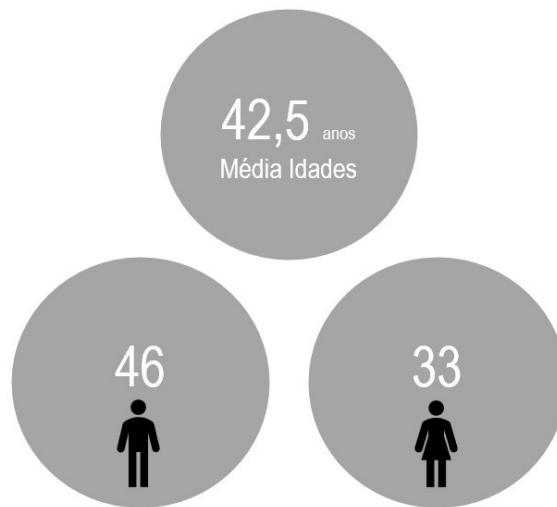


Figura 18 – Outros dados (FPR)

CRI – CENTRO DE RECURSOS PARA A INCLUSÃO

Constituiu objetivo dos CRI apoiar a inclusão das crianças e alunos com necessidade de mobilização de medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão, através da facilitação do acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada aluno, em parceria com as estruturas da comunidade. Os CRI atuam numa lógica de trabalho de parceria pedagógica e de desenvolvimento com as escolas, prestando serviços especializados como facilitadores da implementação de políticas e de práticas de educação inclusiva.

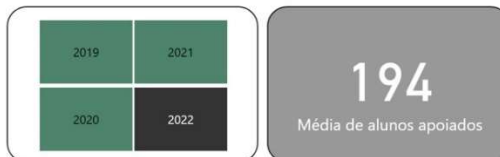
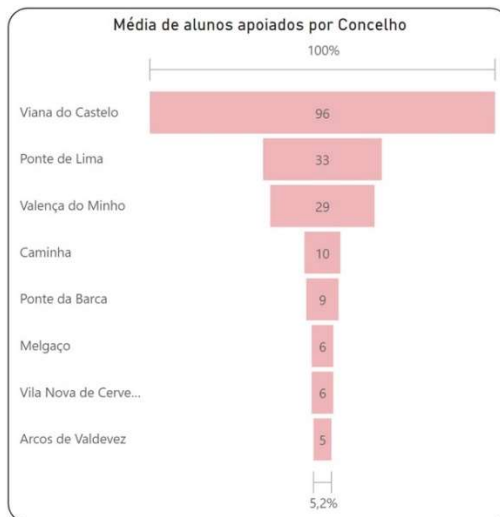
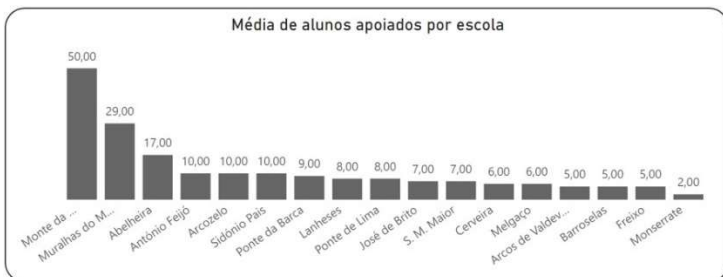


Figura 19 – Caracterização do Centro de Recursos para a Inclusão da APPACDM de Viana do Castelo

## ELI – EQUIPA LOCAL DE INTERVENÇÃO

A Equipa Local de Intervenção Precoce (ELI) de Viana do Castelo é constituída por uma equipa pluridisciplinar, com funcionamento

transdisciplinar assente em parcerias institucionais, integrando representantes dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Saúde e da Educação. Desenvolve e concretiza, a nível local, a intervenção do Sistema Nacional de Intervenção Precoce da Infância (SNIPI), com vista a garantir condições de desenvolvimento das crianças até aos 6 anos de idade, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social, e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso de desenvolvimento.

A ELI avalia todas as crianças referenciadas e encaminha-as ou intervém com as mesmas e suas famílias, nos diferentes contextos de vida (domicílio, creche ou jardim de infância). Todo o trabalho desenvolvido, pressupõe uma parceria com a família e diferentes instituições.

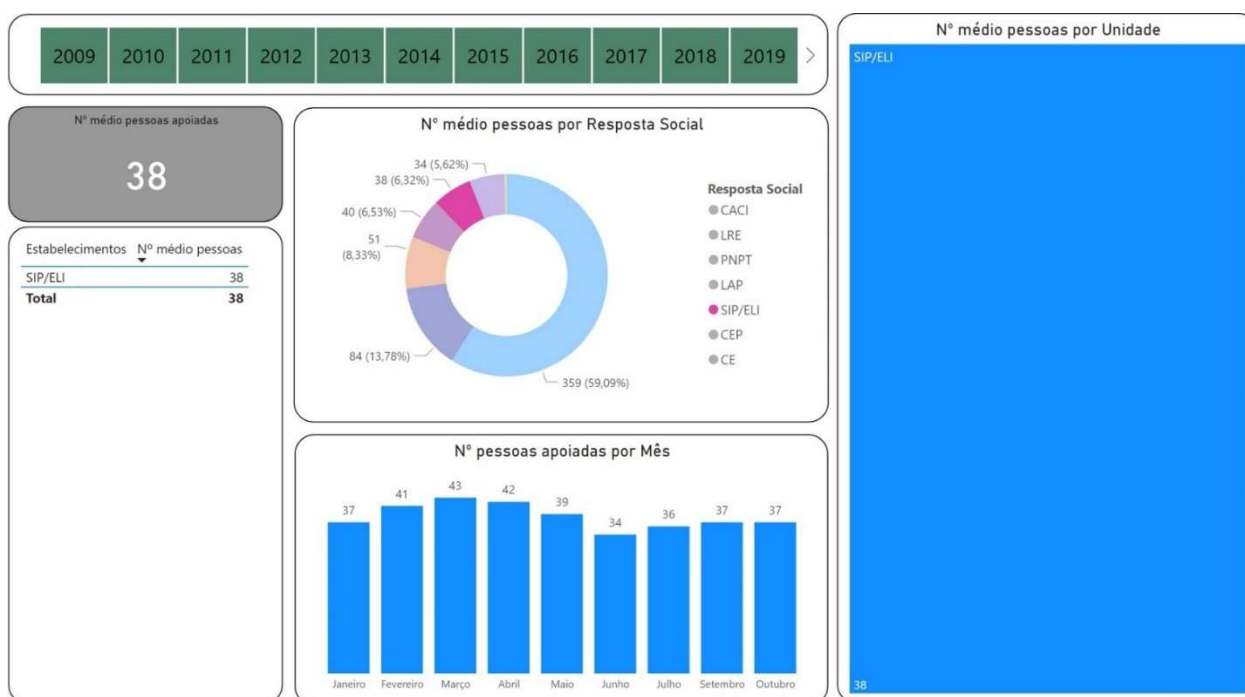


Figura 20 – Pessoas apoiadas pela Equipa Local de Intervenção

## CENTRO EDUCACIONAL (CE)

As cooperativas e associações de ensino especial sem fins lucrativos corporizam uma importante experiência educativa e podem constituir um recurso valioso no desenvolvimento de uma escola inclusiva para todas as crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

A **Lei n. o 46/86, de 14 de outubro** - Lei de Bases do Sistema Educativo, estabelece que a educação especial se organiza preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específico, podendo também processar-se em instituições específicas quando comprovadamente o exijam o tipo e o grau de deficiência do educando.

Nesta linha, a APPACDM disponibiliza uma Escola de Educação Especial, devidamente regulamentada pela **portaria 1102/97**.



Figura 21 – Pessoas apoiadas pelo Centro Educacional

## CENTRO EMPREGO PROTEGIDO (CEP)

Segundo o **Decreto-Lei n.º 40/83, de 25 de janeiro e o Decreto-Lei nº194/85 de 24 de junho**, o emprego protegido tem como finalidade proporcionar aos deficientes que possuam capacidade média de trabalho igual ou superior a um terço da capacidade normal exigida a um trabalhador não deficiente no mesmo posto de trabalho a correspondente valorização pessoal e profissional, facilitando a sua transferência para um emprego normal, quando tal lhes for assegurado convenientemente. Os deficientes em regime de emprego protegido consideram-se trabalhadores para todos os efeitos, sendo-lhes reconhecidos, em princípio, os direitos, deveres e garantias inerentes aos trabalhadores em regime normal de trabalho, com algumas especificidades próprias decorrentes da sua situação de deficiência.

Entende-se por emprego protegido toda a atividade útil e remunerada que, integrada no conjunto da atividade económica nacional e beneficiando de medidas especiais de apoio por parte do Estado, visa assegurar a valorização pessoal e profissional das pessoas com deficiência, facilitando a sua passagem, quando possível, para um emprego não protegido.

Entende-se por centro de emprego protegido, a unidade de produção, de carácter industrial, artesanal, agrícola, comercial ou de prestação de serviços, integrada na atividade económica nacional, que vise assegurar aos deficientes o exercício de uma atividade remunerada, assim como a possibilidade de formação e ou aperfeiçoamento profissional que permitam, sempre que possível, a sua transferência para o mercado normal de trabalho.

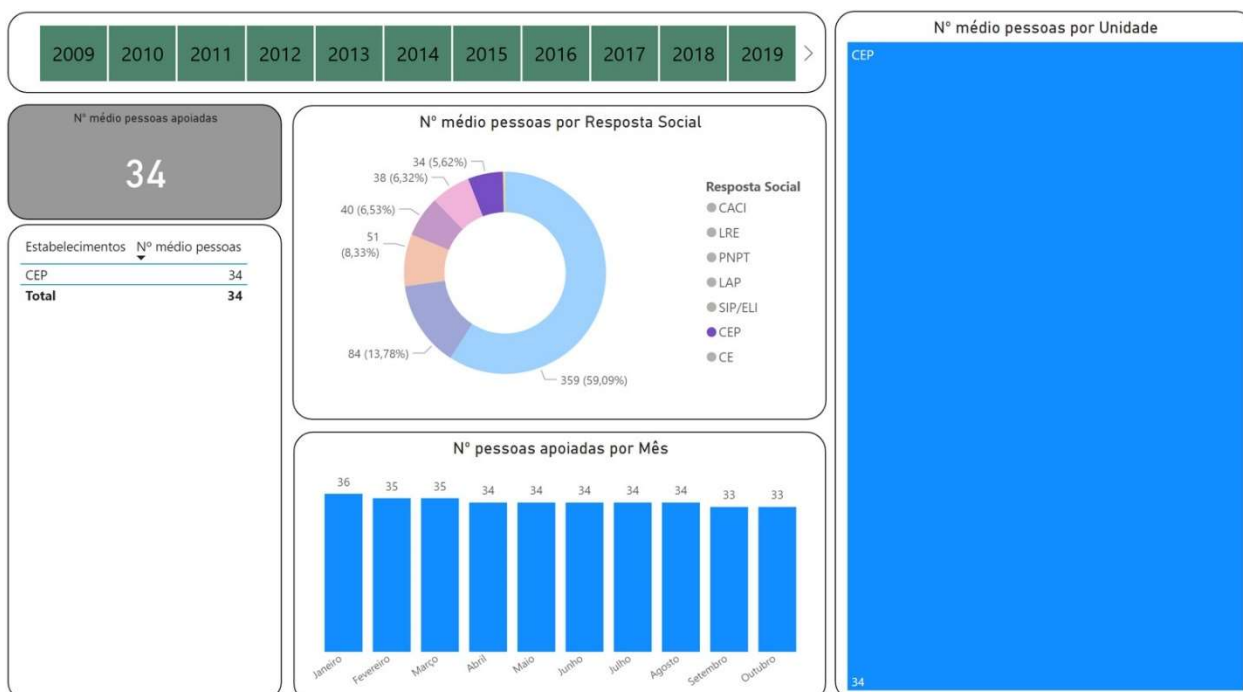


Figura 22 – Pessoas apoiadas pelo Centro de Emprego Protegido

## PNPT – PROJETO “NÁUTICA PARA TODOS”

Numa parceria entre a Câmara e a APPACDM de Viana do Castelo o projeto “Desportos Náuticos para Todos” surgiu como complemento ao projeto “Náutica nas Escolas”, onde os desportos náuticos fazem parte da unidade curricular da disciplina Educação Física, sendo que assim possibilita o acesso e a participação de todos e cada um dos alunos (incluindo alunos com deficiência ou incapacidade) aos desportos náuticos, nomeadamente **natação, vela, surf, remo e canoagem**.

O projeto contempla duas vertentes, por um lado Desportiva/Recreativa focada na formação técnica dos atletas e por outro Terapêutica tornando a prática desportiva uma ferramenta de habilitação e reabilitação, onde se pretende promover competências sensoriais, motoras, neuropsicológicas, emocionais e sociais, beneficiando os indivíduos em todas as dimensões da qualidade de vida.



Figura 23 – Pessoas apoiadas no Projeto Náutica para todos

## PROJETO PRAIA SEM BARREIRAS (PPSB)

Projeto de parceria entre a Câmara Municipal de Viana do Castelo (entidade financiadora) e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental (APPACDM) que organiza e supervisiona através da sua equipa de Terapeutas.

O objetivo consta em organizar a acessibilidade à praia e ao banho, criando infraestruturas e equipamentos específicos, facilitando o acesso a todas as pessoas com mobilidade reduzida, promovendo a qualidade de vida usufruindo em pleno dos benefícios do meio aquático.

Os destinatários são pessoas com mobilidade reduzida, temporária ou não, pertencentes a instituições públicas, privadas ou a título particular.

A equipa que intervém diretamente no projeto “Praias sem Barreiras” é constituída por um terapeuta responsável pelo serviço e três ou quatro voluntários sendo estes angariados em estabelecimentos de ensino superior nas áreas de saúde e educação.

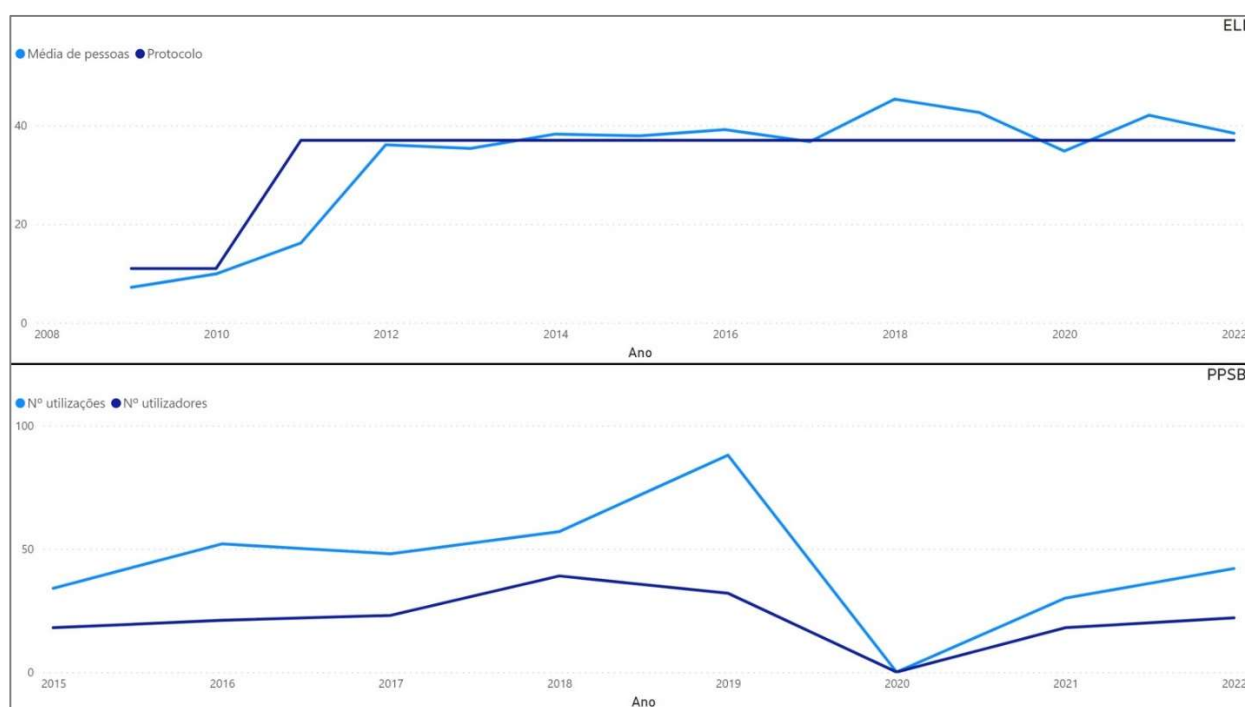


Gráfico 4 – Evolução do nº de pessoas apoiadas em ELI e no Projeto Praia sem Barreiras

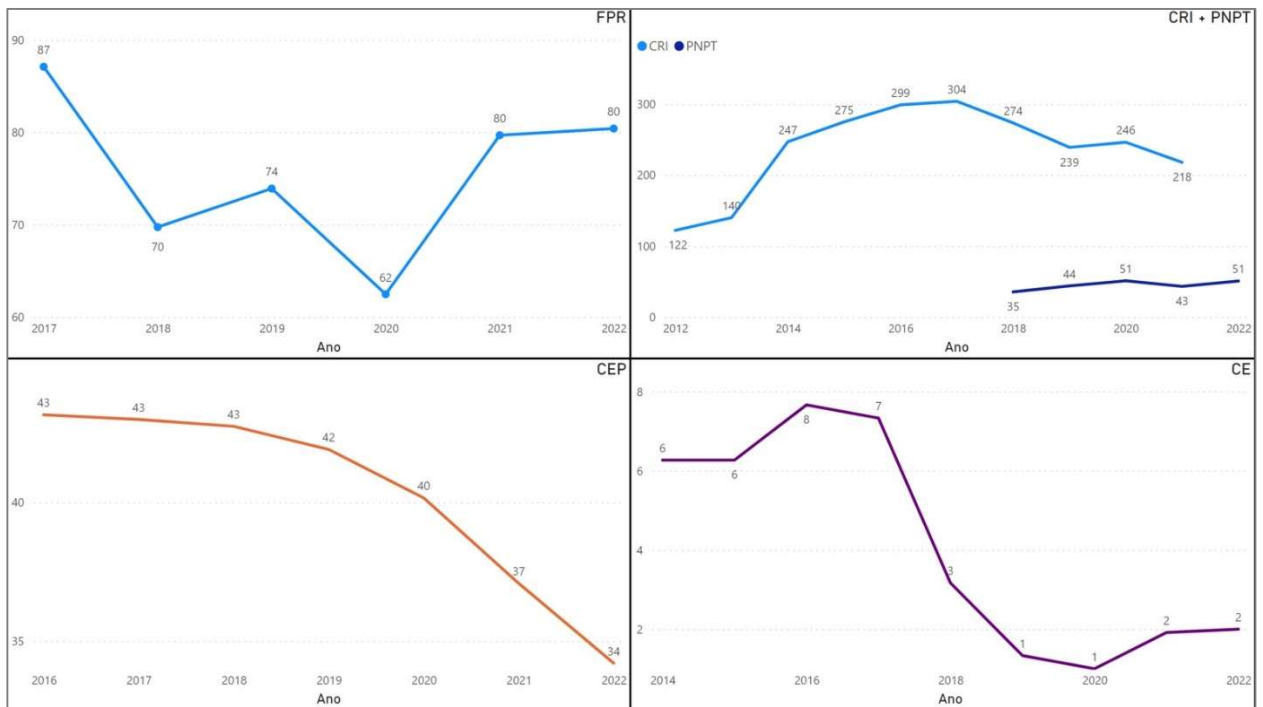


Gráfico 5 - Evolução do nº de pessoas apoiadas em Formação Profissional, Centro de Recursos para a Inclusão, Projeto Náutica para Todos, Centro de Emprego Protegido e Centro Educacional



Figura 24 – Vagas nas diferentes respostas sociais em novembro de 2021 – capacidade e protocolo



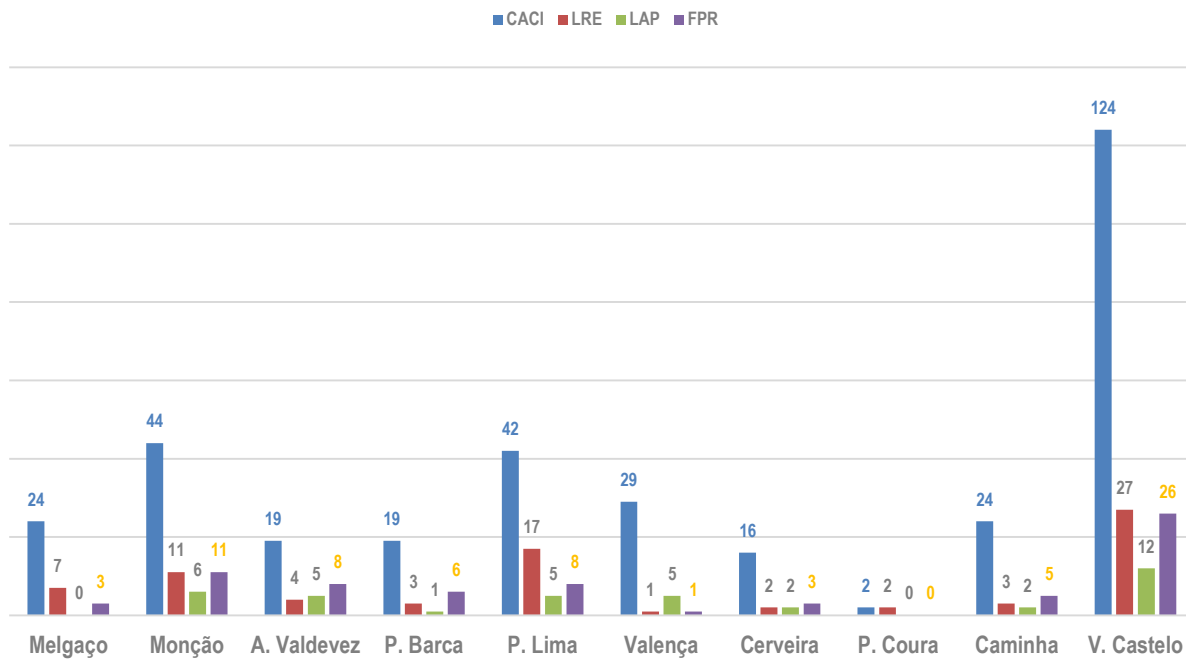


Gráfico 6 – Nº de pessoas apoiadas por concelho de origem e por resposta social (quadro resumo)

## RECURSOS HUMANOS

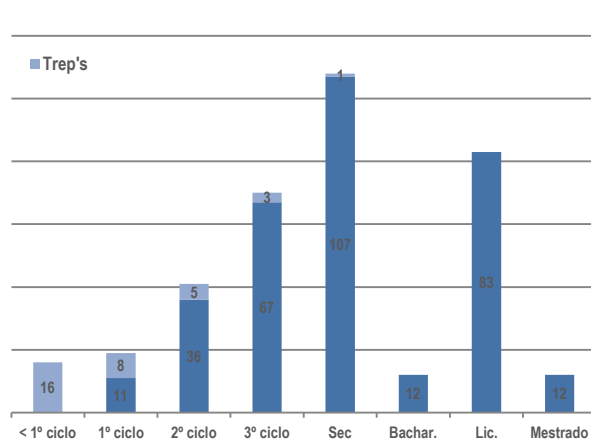


Gráfico 7 - Distribuição de colaboradores por "habilitações"

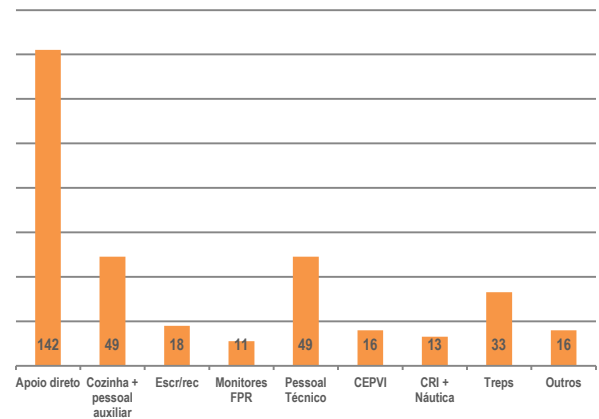


Gráfico 8 - Distribuição de colaboradores por "função"

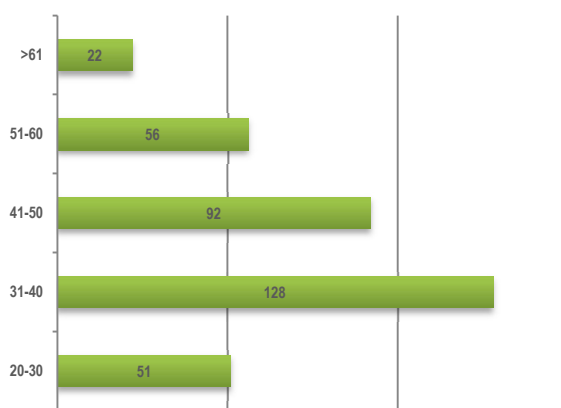


Gráfico 9 - Distribuição de colaboradores por idade

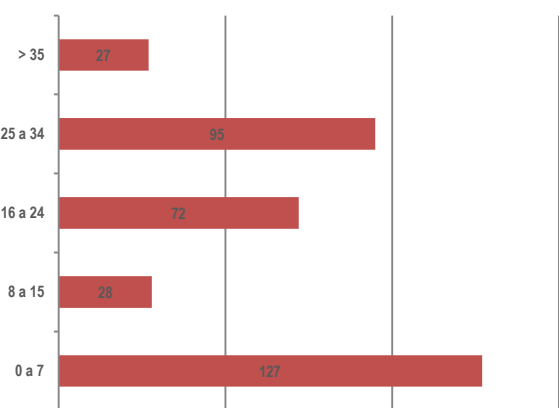


Gráfico 10 - Distribuição de colaboradores por anos de serviço

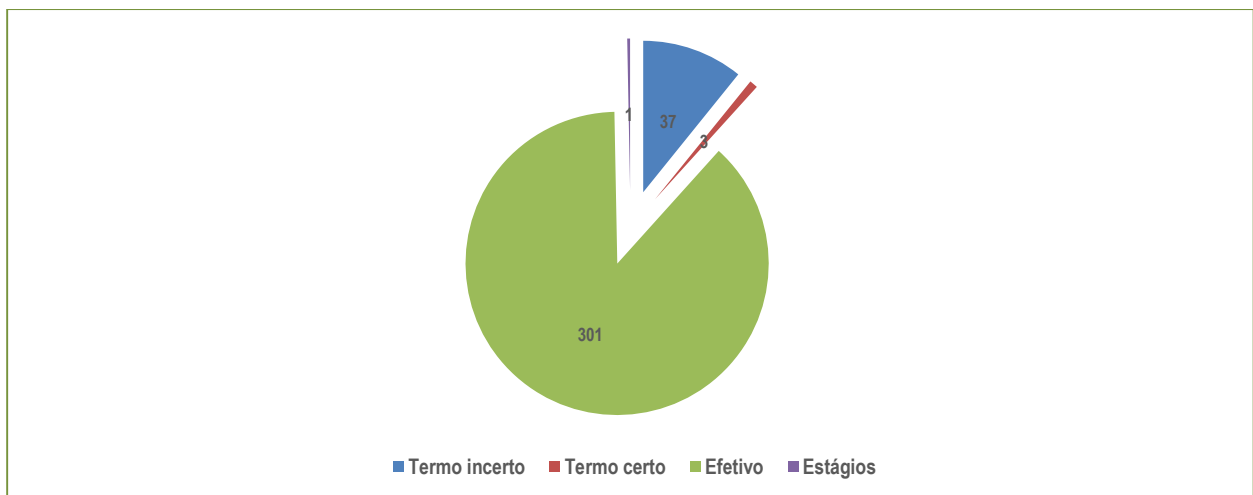


Gráfico 11 - Distribuição de colaboradores por "tipologia de contrato"

ORGÂNICA

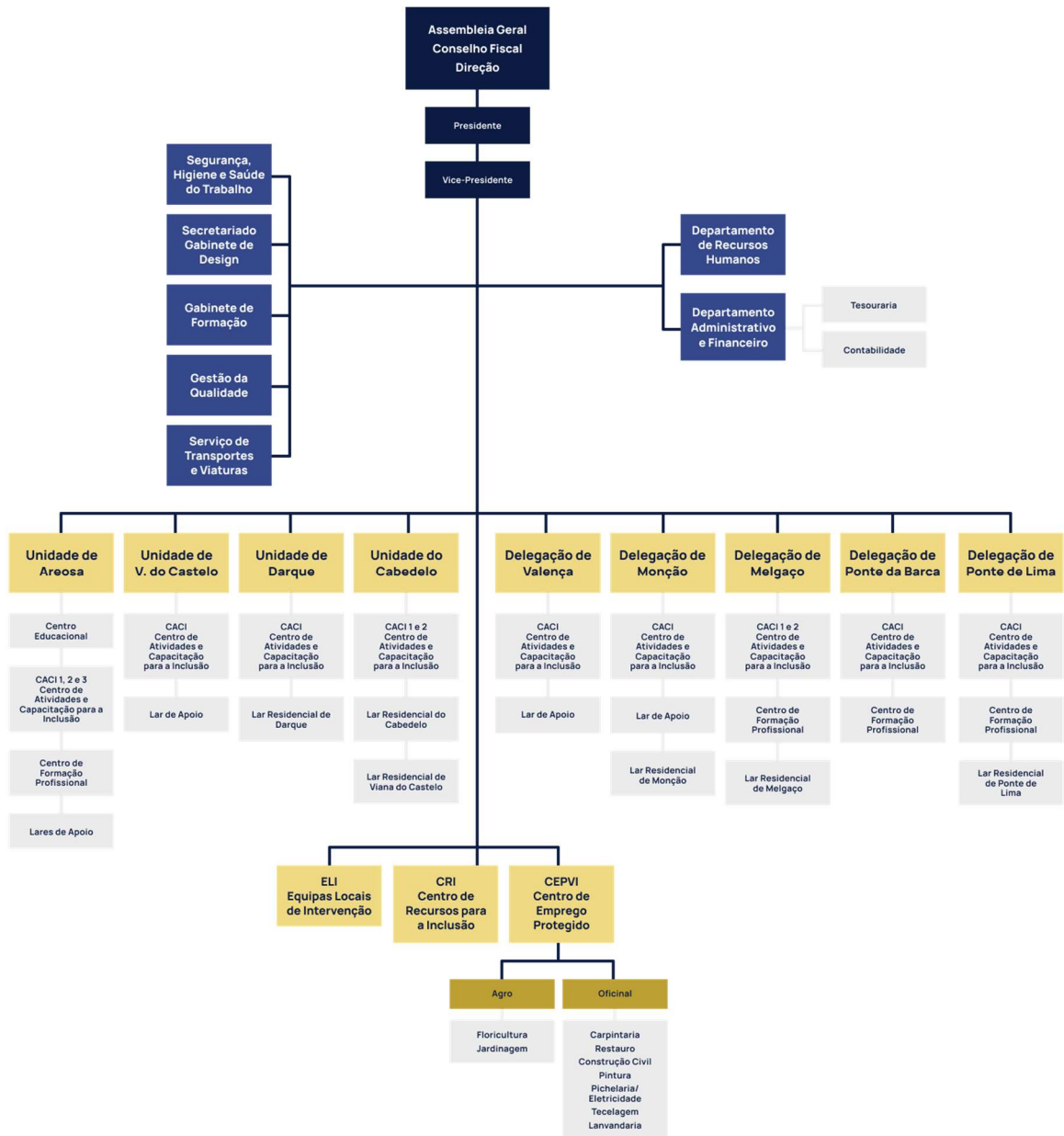


Figura 25 – Organograma APPACDM de Viana do Castelo

### III. Princípios de Ação

#### Missão

A APPACDM é uma instituição Particular de Solidariedade Social que concebe, constrói e implementa respostas sociais dirigidas prioritariamente aos cidadãos com deficiência e suas famílias com vista a facilitar a construção de um projeto de vida.

#### Visão

Ser uma instituição de referência na construção de uma sociedade inclusiva.

#### Valores

Amizade

#### Confidencialidade

Criatividade

Igualdade

#### Integridade

#### Privacidade

Respeito

Responsabilidade

#### Rigor

Solidariedade

#### Políticas

#### Qualidade

A APPACDM de Viana do Castelo define, implementa e controla o seu compromisso com a satisfação das necessidades e expectativas legítimas dos clientes e de outras entidades interessadas. Para garantir a execução da política da qualidade, a organização deve controlar a conformidade e a melhoria contínua dos processos. A gestão da qualidade deve melhorar a sustentabilidade da organização e a qualidade de vida dos clientes.

A APPACDM de Viana do Castelo define, implementa e controla a sua política e objetivos da qualidade através da avaliação sistemática de dez políticas.



## IV. Diagnóstico Organizacional – Análise SWOT

	Pontos fortes	Pontos fracos
<b>Interna (Organização)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Gestão – liderança forte</li> <li>✓ Gestão – Gestão financeira transparente e rigorosa</li> <li>✓ Serviços – Respostas em praticamente todo o distrito</li> <li>✓ Serviços – CRI + ELI + PIT's (idades anteriores a admissão em CAO e Área Residencial)</li> <li>✓ Serviços – quantidade de viaturas e circuitos (internos)</li> <li>✓ RH – Experiência acumulada na Área da Deficiência</li> <li>✓ RH – Competências humanas e profissionais</li> <li>✓ RH – Dedicção e flexibilidade dos colaboradores</li> <li>✓ RH – Multidisciplinaridade das equipas</li> <li>✓ SGQ – Certificação e implementação</li> <li>✓ Formação – Entidade formadora certificada</li> <li>✓ Formação – Significativa política de formação contínua</li> <li>✓ Imagem – Dinamização de atividades para e com a comunidade de forte visibilidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Gestão – Nº reduzido de ações de Benchmarking interno/externo</li> <li>✓ Gestão – Reduzida presença da Direção no dia-a-dia dos centros</li> <li>✓ Gestão – Reduzida capacidade negocial na aquisição de bens e serviços por serem negociados por estrutura</li> <li>✓ Gestão – Dificuldades de tesouraria resultante da necessidade de amortização da dívida</li> <li>✓ Serviços – Falta de vagas em Área Residencial (todo distrito) e CAO (exceto V. Castelo)</li> <li>✓ Serviços – Dispersão geográfica respostas – impossibilita a partilha de recursos</li> <li>✓ Serviços – Inexistência de vagas na rede de transportes internos</li> <li>✓ Serviços – Falta de comunicação entre as respostas diurnas e noturnas</li> <li>✓ RH – Descontentamento do quadro de pessoal: baixos salários; insuficiência no reconhecimento de colaboradores; Ausência de ações preventivas ao desgaste físico e emocional; Ausência de progressão na carreira</li> <li>✓ Instalações – Problemas (acessibilidade, qualidade, segurança e conforto)</li> <li>✓ Instalações – Insuficiência/inadequação do material de trabalho</li> <li>✓ SGQ – Pouca flexibilidade e dificuldade na utilização da plataforma</li> <li>✓ Imagem – Insuficientes atividades de divulgação da APPACDM junto da comunidade</li> </ul>
	Oportunidades	Ameaças
<b>Externa (Meio envolvente)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Parcerias + CLAS/CPCJ + boa relação com órgãos públicos locais</li> <li>✓ Acordos de cooperação existentes + prioridade área deficiência</li> <li>✓ Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)</li> <li>✓ Recuperação progressiva da credibilidade institucional</li> <li>✓ Existência de lista de espera</li> <li>✓ Donativos + associados</li> <li>✓ Escassa concorrência</li> <li>✓ Criação de respostas de apoio domiciliário</li> <li>✓ Rentabilização de património não utilizado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Dívida elevada</li> <li>✓ Aumento generalizado preço matéria-prima</li> <li>✓ Aumento generalizado preço energia e combustíveis</li> <li>✓ Aumento salário mínimo</li> <li>✓ Conjetura socioeconómica desfavorável (dificuldades no pagamento participações)</li> <li>✓ Dificuldades na revisão em alta de acordos existentes – S. Social (CAO e Área Residencial)</li> <li>✓ Concorrência no distrito (FP e CAO) + outras instituições (lares de idosos, centros de dia, etc.)</li> <li>✓ Pouca disponibilidade das empresas para contratação de pessoas com deficiência</li> <li>✓ Acentuada dependência entidades financiadoras</li> </ul>

## V. Mapa Estratégico - Eixos, Políticas e Objetivos estratégicos de referência

Eixos	Políticas	Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Indicador	Metas
Respostas sociais e serviços	Abrangência, Liderança	Promover um serviço contínuo e multidisciplinar	Aumentar o nº de vagas em Lar Residencial <sup>1</sup>	Nº de vagas	+139 (P)
			Aumentar o nº de vagas em CACI <sup>2</sup>		+60 (P)
			Aumentar o nº de Lares Residenciais <sup>3</sup>	Nº de equipamentos	+3 (P)
			Consolidar a resposta de CACI e Área Residencial	% de ocupação	100% (A)
			Aumentar o nº de concelhos com respostas da instituição	Nº de concelhos	+1 (P)
			Consolidar a resposta de Centro de Recursos para a Inclusão	% de agrupamentos apoiados	100% (P)
			Aumentar o nº de Centros de Formação Profissional	Nº de polos	+1 (P)
Qualidade e Melhoria	Orientação para os resultados; Inovação e Melhoria contínua	Melhorar continuamente o sistema de gestão de qualidade Inovar para melhorar a prestação dos serviços	Certificação pela norma EQUASS	Certificação Excellence	1 (P)
			Desenvolver ações de Benchmarking com instituições congéneres	Nº de ações por ano	2
			Desenvolver ações de Benchmarking interno		3
			Melhorar o sistema através das ações de Benchmarking desenvolvidas	Nº de ações de melhoria por ano	5
			Melhorar as condições de acessibilidade, qualidade, segurança e conforto nos edifícios	Nº novos equipamentos (edifícios) <sup>4</sup>	8 (P)
				Nº de adaptações/ampliações edifícios existentes <sup>5</sup>	4 (P)
			Renovar o parque automóvel	Nº de viaturas adquiridas	12 (P)
Implementar <i>software</i> de gestão de processos de clientes em todas as estruturas que recebem clientes	% de processos individuais digitalizados	100% (P)			

(A) - Meta anual

(P) – Meta para o quadriénio

<sup>1</sup> P. Barca (+27); Melgaço (+13); Valença (+17); Darque (+15); Areosa (+30); Cabedelo (+13); Monção (+24)

<sup>2</sup> P. Barca (+30); Caminha (+30)

<sup>3</sup> P. Barca; Areosa e Valença

<sup>4</sup> P. Barca; Caminha; Valença; Darque; Areosa (LRE+ CACI); Monção (LRE + CACI)

<sup>5</sup> Melgaço (alargamento LRE); Cabedelo (alargamento LRE); Valença (adaptação CACI); Melgaço (adaptação CACI)

Eixos	Políticas	Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Indicador	Metas
Sustentabilidade financeira	Orientação para os resultados; Liderança	Melhorar o desempenho financeiro	Garantir uma gestão sólida e aumentar a eficiência orçamental	Resultado operacional	≥ 0 (A)
				Taxa de respostas sociais com saldo positivo	100 (A)
				Prazo pagamento fornecedores	≤ 90 dias
Recursos Humanos	Recursos Humanos, Direitos e Ética	Recrutar e selecionar capital humano	Aumentar a qualificação dos colaboradores	Taxa de colaboradores envolvidos em ações de formação	100% (P)
		Melhorar a igualdade de oportunidades	Aumentar a qualificação dos colaboradores nos domínios específicos da Ética e Direitos	Volume de horas de formação (ética e direitos)	3.000h (P)
		Melhorar a qualificação profissional dos colaboradores	Aumentar os níveis de satisfação e motivação dos colaboradores	Taxa satisfação de colaboradores	85%
				Taxa de motivação de colaboradores	85%
Imagem e comunicação	Liderança, Participação, Parcerias	Promover a comunicação organizacional	Reforçar a imagem da APPACDM na comunidade	Nº atividades realizadas para e na comunidade	1.300 (A)
		Promover a responsabilidade social da instituição		Taxa de documentos com desvio ≤ 15 dias (monitorização PCO)	100%
		Promover a participação das entidades interessadas no planeamento, avaliação dos serviços prestados	Melhorar os níveis de compromisso com a comunidade e contribuir para o bem comum	Taxa de participação em reuniões da rede social/CPCJ/CLAS	≥ 85% (A)
			Reforçar o nº de associados efetivos	Taxa de familiares que são associados efetivos (um familiar por cliente, tendo como referência os clientes de CACI)	100% (P)
				Melhorar o envolvimento dos pais e encarregados de educação na vida da instituição	Taxa de associados (familiares ou responsáveis) presentes nas Assembleias
Ambiente	Liderança, Ética e Melhoria	Iniciar políticas formais de práticas ambientais sustentáveis	Implementar procedimentos iniciais ao nível da promoção de práticas ambientais sustentáveis	Criar manual de boas práticas ambientais	1 manual (P)
				Criar política ambiental e de sustentabilidade	Política criada (P)

(A) - Meta anual

(P) – Meta para o quadriénio

## VI. Monitorização e avaliação

Este Plano Estratégico será concretizado no Plano Anual de Gestão e Orçamento dos anos civis que o enquadram e é revisto a partir das informações obtidas pelos Relatórios Anuais.

A monitorização do Plano Estratégico é feita anualmente e é baseada na avaliação do Plano Anual de Gestão.

A avaliação geral do Plano Estratégico tem lugar no final do quadriénio, através da análise do grau de concretização dos objetivos estabelecidos. O processo de monitorização/avaliação é fundamental para a melhoria contínua do desempenho da Organização e para a elaboração do Plano Estratégico seguinte.

Documento Aprovado em: 30 de Novembro de 2022

Presidente Direção:

